

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.645 - BA (2019/0296061-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : LEONARDO SANTOS ALVES DE SOUSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LEONARDO SANTOS ALVES DE SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia proferido no *Habeas Corpus* n.º 8014241-61.2019.8.05.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, juntamente com outros suspeitos, em 09/04/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2.º, incisos I e II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, em razão de terem, em tese, embarcado "*em um coletivo de empresa INTEGRA/Plataforma, linha Barra x São Caetano, e nas imediações da Barra, mediante emprego de grave ameaça, subtraíram o aparelho celular da vítima Valter da Silva Cardoso*" (fl. 97). Homologado o flagrante, a prisão foi convertida em preventiva (fls. 41-45).

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 95):

"HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, INCISO II, DO CP). DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA BASEADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. PACIENTE QUE SERIA CONTUMAZ NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. TRÂMITE REGULAR DA AÇÃO PENAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM EM HARMONIA COM O PRONUNCIAMENTO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA."

Nas razões do recurso, a Defesa sustenta que "*a mera alegação acerca da natureza do delito e de prevenir a reiteração por parte do paciente, não pode servir de espeque para justificar o acautelamento provisório*" (fl. 116).

Alega, ainda, que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, pois baseado na gravidade abstrata do delito, além de não ter sido demonstrada a

# Superior Tribunal de Justiça

necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, para assegurar a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta, ademais, que o Acusado detém as condições pessoais favoráveis para responder à ação penal em liberdade (fl. 120).

Aduz, por fim, serem plenamente aplicáveis as medidas cautelares diversas da prisão, dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal (fl. 120).

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Recorrente, ou a sua substituição, se for o caso, pelas medidas cautelares alternativas (fl. 121).

É o breve relatório.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

A segregação cautelar do Recorrente foi decretada pelo Juízo de primeira instância nos seguintes termos (fls. 42-45; sem grifos no original):

"[...]

*A prisão preventiva, de natureza cautelar, é medida excepcional, e pode ser decretada pelo Magistrado em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, desde que se entenda pela necessidade da custódia, o que se afere através da presença dos pressupostos consignados nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. Examinando-se os presentes autos, verifica-se a existência de indícios suficientes acerca da autoria e prova da materialidade do citado crime, portanto, estão presentes os pressupostos autorizadores do decreto preventivo.*

*Em tese, observa-se o envolvimento dos Flagranteados em crime doloso, que possui pena máxima, privativa de liberdade, superior a 04 (quatro) anos, punível com reclusão.*

*Segundo os autos deste APF, os Custodiados são acusados de praticar assalto no interior do transporte coletivo da empresa Integra Plataforma, linha Barra x São Caetano, os quais teriam agido em comunhão de ações e desígnios e roubaram do vítima Valter Silva*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Cardoso o seu aparelho celular, mediante grave ameaça. Sendo que, logo após a ação criminosa, os suspeitos foram detidos por policiais, sendo encontrado com eles o objeto roubado, além de ter sido reconhecidos pela vítima como autores do crime.*

*Trata-se, pois, de crime praticado mediante grave ameaça, o que em si revela a potencialidade do delito e, pois, a necessidade e a adequação da custódia cautelar dos Inculpadados, impondo a promoção da garantia da ordem pública justamente para que se evite a prática de outros delitos, impeça o próprio preso de executar outros crimes, dê efetividade ao efeito preventivo da sanção penal, e faculte que não se impere na sociedade o sentimento de impunidade do ilícito penal, pois ela não se permite tolerar o retorno dos Flagranteados ao seu convívio, ao menos temporariamente.*

*Entendo, pois, que, por ora, não se impõe a concessão de liberdade provisória aos Acusados, posto que os elementos colacionados ao APF demonstram a necessidade da sua segregação cautelar.*

*[...]*

*A prova da materialidade e os indícios de autoria restaram demonstrados nos autos, pelo auto de exibição e apreensão, bem como pelos depoimentos colhidos no presente APF, notadamente o relato da vítima e dos próprios Autuados, que admitiram a imputação.*

*Demais disso, constata-se que este não se trata de um caso isolado na vida de LEONARDO, segundo nos revela a certidão de pg. 28 do APF. Quanto a CARLOS ALBERTO, muito embora a certidão de pg. 29 não nos informe qualquer anotação desfavorável contra si, verifica-se que o mesmo é acusado de cometer crime de roubo qualificado, assim como o primeiro, praticado em concurso e com emprego de grave ameaça, o que exige maior rigor na sua contenção, devendo o Estado atuar em prol da sociedade com vistas a manter custodiadas as pessoas que se envolvam na prática de tais delitos, sob pena de o o sentimento de impunidade desencadear uma série de novos crimes e aumentar a sensação de insegurança dos cidadãos.*

*Registre-se, por fim, que o art. 310 do CPP estabelece que 'Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 302 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem ir o fiança.' Assim, muito embora a Autoridade Policial não tenha representado pela decretação o da custódia cautelar dos Flagranteados, nem, tampouco, o MP tenha se manifestado pela conversão do flagrante em preventiva quanto a Carlos Alberto, constata-se ser perfeitamente possível, quando da análise do procedimento policial, a conversão autônoma efetivada pelo magistrado responsável pelo caso, desde que preenchidos os requisitos legais, como ocorreu, ao nosso ver, na hipótese em comento.*

*Assim, como forma de evitar a reiteração de atos desta natureza pelos Inculpadados, afigura-se pertinente a permanência da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***segregação, com espeque na garantia da ordem pública e da aplicação da Lei Penal, não se revelando, neste momento, sejam indicada as suas solturas."***

Já o Tribunal de origem manteve a prisão preventiva com base nos seguintes fundamentos (fls. 420-421; sem grifos no original):

"[...]

*Há de se ressaltar que no caso em apreço estão presentes os requisitos autorizadores da prisão processual principalmente porque demonstrada a gravidade concreta do delito e também o periculum libertatis havendo indícios de que o que o Paciente atua ativamente na prática de delitos patrimoniais, o que evidencia sua periculosidade, e a necessidade do encarceramento como forma de acautelar a ordem pública e evitar a reiteração criminosa.*

*Considerando a satisfatória fundamentação da constrição corporal do acusado, diante da presença dos requisitos autorizadores exigidos no art. 312 do CPP, mostra-se descabida a substituição da segregação pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP.*

"[...]

*Cumprir afirmar que as condições pessoais favoráveis do Paciente, ainda que demonstradas, não autorizam, de a concessão da ordem, se existem outras circunstâncias que recomendam a custódia per si cautelar.*

"[...]

*De outro giro, impõe-se, em observância ao princípio da confiança no Juiz da causa, dar maior respaldo às conclusões obtidas por este, uma vez que, por estar mais próximo aos fatos, pode analisar com mais segurança a presença do fumus comissi delict e o periculum libertatis. Faz-se curial afastar, também, possível alegação de que a prisão do Paciente não se mostra compatível com o uma vez que a própria Carta Magna previu a possibilidade princípio da presunção de inocência, da prisão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, nos termos do seu art. 5º, inc. LXI, independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, justamente para regulamentar os casos de necessidade de segregação com o fito de assegurar a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Assim, diante da incontestada presença destes requisitos, não se vislumbra ofensa ao referido princípio constitucional.*

"[...]

*Deste modo, presentes os requisitos da prisão preventiva e à míngua de elementos caracterizadores do constrangimento ilegal apontado, fenece a alegação de ilegalidade da prisão cautelar imposta ao Paciente."*

# Superior Tribunal de Justiça

Como se percebe, as instâncias ordinárias entenderam pela necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, especialmente em razão da gravidade concreta dos delitos e da periculosidade do Recorrente, bem como do fundado receio de reiteração delitiva.

Conforme consignado, o Acusado "*teve contra si um processo de apuração de ato infracional – 0326296-80.2014.8.05.0001 e responde à Ação Penal nº 0570928- 08.2017.8.05.0001*", o que justifica a custódia cautelar, nos termos da jurisprudência desta Corte.

A propósito:

**"HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO, EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO E POSSE DE ARTEFATO EXPLOSIVO (GRANADA). PRISÃO PREVENTIVA. CONTEMPORANEIDADE. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. GRAVIDADE DO FATO DELITIVO E OCORRÊNCIA DE SUPOSTOS ROUBOS POSTERIORES AOS DELITOS QUE ENSEJARAM A PREVENTIVA. WRIT DENEGADO.**

1. Na perspectiva das circunstâncias relativas ao modus operandi do fato típico sob exame, as instâncias ordinárias indicaram elementos que evidenciam a gravidade concreta do delito perseguido, delineada pela imputação de restrição da liberdade de pluralidade de pessoas, mantidas em cárcere privado com o intuito de subtrair dinheiro de Banco em que uma das vítimas trabalhava.

2. Os atos exteriores (roubos posteriores aos delitos que ensejaram a preventiva), que denotam o perigo que irradia da liberdade do réu, revelam sua periculosidade e mantém válida a segregação cautelar com base na ordem pública, pois ainda presente o juízo prospectivo de reiteração delitiva e, nessa medida, justifica os riscos que se pretende com a prisão evitar, não maculando o princípio da contemporaneidade, no caso.

3. Segundo orientação jurisprudencial, '[o]s registros sobre o passado de uma pessoa, seja ela quem for, não podem ser desconsiderados para fins cautelares. A avaliação sobre a periculosidade de alguém impõe que se perscrute todo o seu histórico de vida, em especial o seu comportamento perante a comunidade, em atos exteriores, cujas consequências tenham sido sentidas no âmbito social' (RHC 63.855/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 13/06/2016).

4. Outrossim, a via eleita (restrição total da liberdade) é adequada para o fim desejado (evitar reiteração delitiva), e não se mostra excessiva considerando a gravidade dos delitos, as circunstâncias do fato

# *Superior Tribunal de Justiça*

*e a periculosidade do agente (proporcionalidade em sentido estrito).*

5. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 492.360/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 10/04/2019; sem grifos no original.)

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida pelo Órgão Colegiado após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, para que preste esclarecimentos pormenorizados sobre a prisão ora questionada e se há previsão para o julgamento do Recorrente, a serem instruídas com o envio da respectiva senha ou chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso seja necessário.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora